

ESTILO-SUBJETIVIDADE: O TEMA DA CRIAÇÃO NOS ESTUDOS DA PSICOLOGIA DA LINGUAGEM

Silvia Tedesco*

RESUMO. Este trabalho localiza-se no campo de estudos da Psicologia da Linguagem e objetiva discutir a natureza do elo, tradicionalmente afirmado, entre linguagem e subjetividade. Distante da visão tradicional, defensora da natureza representacionalista do elo, o texto propõe reconhecê-lo nos procedimentos estilísticos, pelos quais ambos os termos exercem sua natureza mais íntima, esclarecida no processo de criação contínua de si e de mundos.

Palavras-chave: Psicologia da linguagem, criação, estilo-subjetividade.

STYLE-SUBJECTIVITY: THE THEME OF CREATION IN THE PSYCHOLOGY OF LANGUAGE STUDIES

ABSTRACT. This paper on psychology of language has the purpose to discuss the nature of the bond, traditionally acclaimed, between language and subjectivity. Far from the traditional view, which defends the representational nature of this bond, the text proposes to recognize it in the stylistics procedures, by which both terms exert its innermost nature, elucidated by the continuous process of creation of worlds and itself.

Key words: Psychology of language, creation, style-subjectivity.

Quando analisamos as perspectivas presentes no campo de investigação da Psicologia da Linguagem, notamos que a linguagem é geralmente tratada como parte de um processo mais amplo, o das atividades intelectuais, responsáveis pela descrição objetiva da realidade. Tal submissão obriga seus estudos a sublinharem exclusivamente aspectos voltados à função organizadora de nosso contato com o mundo. A capacidade ou competência lingüística vale no seu vínculo com a atividade de formação de conceitos abstratos, como processo de emprego de signos mentais, substitutos das experiências sensíveis (Tedesco, 1993).

Queremos sublinhar que a ênfase das investigações recai sobre a dimensão formal da linguagem, sobre o conjunto de princípios sempre gerais, isto é, as bases ou condições universais de possibilidade de todo o dizer sobre o mundo. Sob estas condições a linguagem é delimitada à dimensão de tradutor universal, sem inserção direta sobre o

conjunto dos acontecimentos que, então, lhe caberia somente representar e transmitir (Tedesco, 1995).

A partir do início dos anos cinquenta, principalmente sob a influência dos cursos de J. H. Austin, na Filosofia da Linguagem surgem outros modos de pensar a linguagem, pondo em questão a concepção até então hegemônica. São bastante numerosas as propostas de afastamento do modelo formalista da linguagem. Elas provêm de diferentes áreas de estudo, não se restringindo à Filosofia da Linguagem ou à Lingüística Estrutural. Segundo Dosse (1991/1994), G. Deleuze e F. Guattari e muitos outros, como M. Foucault, J. Derrida junto com R. Barthes, J. Lacan, J-P Vernant e também L. Althusser e J. Kristeva irrompem um movimento crítico em 1967.

Observamos que, apesar do movimento amplo de afastamento das teses formalistas, os estudos do elo entre linguagem e subjetividade, desenvolvidos seja na esfera da Psicologia da Linguagem, seja da

* Professora Adjunta do Instituto de Psicologia e do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Endereço para correspondência: Rua Maria Angélica, 741/201, J. Botânico, Rio de Janeiro-RJ. CEP 22461-150. Telefax: (21) 537-8386. E-mail: stedesco@novanet.com.br

Psicolingüística, permanecem refratários às reformulações pós-representacionistas.

Nosso estudo segue direção distinta daquela acatada pela Psicologia. O trabalho atual, influenciado pela proposta pragmática, propõe um tipo de elo especial entre os signos lingüísticos e a subjetividade, denominado por nós estilo-subjetividade. Sem pressupor a pré-existência dos termos nem a constância de sua relação, experimentaremos a tese da construção de cada um destes componentes a partir da relação que os põe em contato.

Para atingir nosso objetivo, trabalharemos com a Filosofia Pragmática de Deleuze e Guattari, em especial a releitura que estes autores apresentam de algumas teses de L. Hjelmslev, J. L. Austin, O. Ducrot e M. Bakhtin.

Entre as muitas maneiras possíveis de tratar esse vínculo, apostaremos principalmente na noção de estilo apresentada por Deleuze em vários momentos de sua obra, e que explicita o modo de criação nas artes (Deleuze, 1971; Deleuze & Guattari, 1975; 1980; Deleuze & Parnet, 1977). Ampliaremos a noção de estilo, estendendo-a a toda linguagem e também à subjetividade, para concebê-la como o limite franqueável entre ambas.

Ao falar de estilo na arte literária, Deleuze chama a atenção para o equívoco de alguns que procuram o estilo na afinidade excepcional com as regras da escrita, na busca de harmoniosas combinações sintáticas. Para esses, estilo implicaria o bom uso do código.

Seguindo na mesma direção afirmamos que estilo não significa manter fidelidade ao código mas reagir a ele. Neste outro ponto de vista, o estilo compreende bem mais “a desordem assustadora, sobretudo sem preocupação com o todo ou a harmonia” (Deleuze, 1971, p.181). Estilo implica fazer coexistir a regularidade com a diversidade. Ele age provocando a desrupção do sentido, a quebra de continuidade do entendimento fácil. Substitui as significações, já muito desgastadas, por séries infinitas de novos sentidos. Amplifica a divergência para criar situações de proliferação de sentidos.

Citemos como exemplo, na Literatura Brasileira, o estilo-Guimarães Rosa, cujo exercício inclui o uso de palavras híbridas, que servem ao rompimento da regularidade da linguagem. A composição “Sussuruído” (Rosa, 1979) sustenta seu sentido no contraste entre o sussurro como voz quase-inaudível e o ruído como som destacável e perturbador. O termo sublinha justamente o intervalo vazio de significação e a conseqüente imposição de uma diferença intransponível. Não há síntese possível entre os dois

fragmentos de sentido. A significação é mantida indecível, num embate entre a distância interna dos dois termos.

O estilo, no entanto, também pode introduzir o equívoco de sentido através da presença de partículas estranhas à composição esperada. Em Guimarães Rosa (1979) encontramos: “Não sabia de coisa coisíssima” [(coisa + (coisa +íssima)], e ainda “Sozinhozinho” (só +zinho+zinho) e “Nenhão” (nenhum + não). Os elementos equivocantes aparecem como sufixos, prefixos ou repetições. São componentes que, por estarem deslocados de seu uso habitual, conferem estranheza à leitura.

Vale observar que os efeitos desestabilizantes não se confundem necessariamente com a ruptura da sintaxe ou do léxico. Um texto fiel à gramática também faz escapar o sentido fácil. E citamos uma outra composição do mesmo autor (Rosa, 1979): “mas isso tão em pé, tão perto, ainda nuveava, nos ocultos do futuro”. Neste último caso não observamos a presença de palavras híbridas. O texto constrói imagens paradoxais. Todo o enunciado é quebrado em seu sentido pela composição de termos divergentes. Ele expõe a decalagem entre a firmeza do que se põe de pé e a imprecisão dos contornos da nuvem, remetendo ainda aos intervalos infinitos, abertos pela proximidade entre termos inconciliáveis como: perto e oculto. Os termos funcionam aqui como diferenças irredutíveis, agindo sua diferença umas sobre as outras, intensificando suas distâncias (perto/oculto/firme/nuvem). A enunciação forma blocos, compõe sentidos discrepantes.

Nestes casos, diferentemente de ferir diretamente a gramática, o estilo trabalha, multiplicando os pontos de vista sobre um mesmo objeto. Tem como princípio de sua composição infiltrar a divergência no texto. Em suma, o efeito principal do estilo é produzir atrito onde se espera encontrar unidades de significação.

O DUPLO FUNCIONAMENTO DOS SIGNOS

O estilo, assim definido, obriga o reconhecimento de dois modos distintos de funcionamento para a linguagem. Afirma-se a dupla face dos signos. Junto à regularidade das enunciações, cujo sentido é facilmente detectável, convivem momentos em que a ordem esperada é rompida e o não-sentido, aí estabelecido, exige a criação de novas significações (Deleuze, 1971; Deleuze e Guattari, 1980). As composições estilísticas impõem um desvio à operação corriqueira da significação, o que procede pela criação de paradoxos. O efeito de *non-sense* deve-se à fragmentação do sentido pelo excesso de

direções indicadas no intervalo aberto pela diferença. Nestes momentos a linguagem segue novos rumos, toma direções nunca antes determinadas, trazendo à cena universos de significação ainda a serem construídos, ou seja, regimes de signos ou semióticas ainda não existentes.

O duplo funcionamento leva-nos a considerar uma configuração especial para a linguagem, composta por duplo domínio: o domínio do lingüístico e o do não-lingüístico da linguagem. No primeiro deles domina a regularidade, a ordem do sistema de signos, as significações convencionadas. Coexistindo com o domínio do lingüístico, pleno de gramaticalidades, surge um outro, desconhecido pela Lingüística e pela Psicologia da Linguagem, denominada por nós de não-lingüístico da linguagem. Este corresponderia às áreas sem nenhum grau de organização. Distinto do plano das constantes sintáticas ou de qualquer outra modalidade de forma lingüística, compõe-se de traços a-gramaticais, partículas desviantes da regularidade dos ditos (Tedesco, 1994).

Para melhor esclarecer nossa proposta, retomemos à dicotomia tradicional entre forma e matéria, reformulando-a para adaptá-la à configuração da linguagem que passaremos a considerar. No modelo de pensamento orientado pelo par forma-matéria, o plano da matéria seria como uma nebulosa, resultado do infinito de relações estabelecidas entre os componentes. Nele não existiriam traços de permanência ou fronteiras constantes, delimitadoras de objetos. Já no plano da forma, diverso do da diversidade empírica, realiza-se a detecção do invariante camuflado pelo movimento contínuo da matéria. Como processo inteligível, a forma vem dar conta da descrição harmoniosa através da subordinação do movimento irregular da matéria a uma rede de categorias ou classes. O plano da forma produz sínteses, unifica, sob um conjunto de regras, as variações da matéria (Recanati, 1979; Vernant, 1997)

Apliquemos este modelo à concepção formalista da linguagem: no componente matéria encontramos o extralingüístico, plano da experiência, caracterizado por pura indeterminação. O domínio da forma, correspondente ao plano dos signos, ou do lingüístico como preferimos denominar, é modo de unificação e, portanto, fator de organização da matéria extralingüística. Ele responde pela inteligibilidade do mundo. Nestes termos, segundo a concepção formalista, falar é rerepresentar a matéria extralingüística sob a forma inteligível dos signos lingüísticos. É esta definição de linguagem, como forma pura, que leva Saussure a dizer que "sem recurso aos signos, seríamos incapazes de distinguir

duas idéias de modo claro e constante" (Saussure, 1972, p. 155).

Inspirados por Hjelmslev, revisitamos esta dicotomia. Os dois termos são mantidos, mas altera-se a natureza de suas relações. Os estudos do lingüista inicialmente visavam esclarecer algumas considerações do estruturalismo, detalhando conceitos deixados ainda obscuros por F. Saussure. Porém, no empenho em complementar a obra saussuriana e reforçar a idéia de que a língua é essencialmente forma e não substância, ele chega a formulações conceituais que nos suscitam um uso distante do seu objetivo primeiro. Ao esclarecer a função formalizadora do plano da forma-signos, é fornecido, à revelia do lingüista, material indispensável à aposta na destituição do plano lingüístico como única e hermética dimensão da linguagem.

Observamos em Hjelmslev que os recortes formais realizados pelos signos lingüísticos sobre a matéria da linguagem, referentes aos conceitos (significados) e aos fonemas (significantes), podem variar indefinidamente. No caso do plano do significado, o contínuo do pensamento é dividido de modos distintos, produzindo conceitos que não se correspondem nas diferentes línguas. Por exemplo, o português estabelece fronteira clara entre o cinza e o marrom, sem correspondência direta no galês. Neste último, encontramos o conceito de "llwyd", que, se comparado ao português, recobre parte da região do "marrom", avançando também sobre o espectro do "cinza" (Hjelmslev, 1961/1975).

Dado o caráter infinito de suas compartimentações em conceitos e fonemas, concebemos o plano da matéria da linguagem como potencial jamais esgotável pelas segmentações, implementadas no ato de sua formalização. Realizadas as repartições, permaneceria sempre um distanciamento invisível entre dois conceitos, algo de indeterminável, existente no limite entre eles. Como no exemplo utilizado anteriormente, o contorno traçado, que distinguiria os conceitos do cinza e do marrom no plano contínuo das cores, não é definitivo mas porta uma região indecível, que não pertence inteiramente ao marrom nem ao cinza, embora também esteja em continuidade com os dois (Tedesco, 1994). Como uma névoa que impede a visão clara dos contornos, a matéria indistinta mantém-se presente apesar das delimitações formais. Esse plano insiste entre as formas estabelecidas, nos entremeios das classes, de modo que o ponto extremo de toda forma já anuncia o a-forme que dela também participa, sugerindo assim sua contingência e temporalidade. É justamente nas zonas intersticiais, onde as

demarcações falecem, que se pode aceder a um outro tipo de realidade, a da matéria ou do plano não-lingüístico da linguagem.

O plano da matéria, de que tratamos, não se confunde com a materialidade do significante, afirmada por F. Saussure. Enquanto o estruturalista fala da matéria sonora própria à forma fonema, recortada pelo signo, o plano da matéria hjelmesleviana, no modo como a entendemos, corresponderia a um domínio da linguagem, existente para além e aquém das formas-signos, isto é, um campo de diversidade intensiva, irreverente às compartimentações representacionais.

Devemos estar também atentos para não tomar a ausência de organização da matéria não-lingüística como homogeneidade. No plano do qual tratamos no momento, a indistinção impera, mas não como sinónimo de indiferenciação. São as diferenças que o caracterizam, tendo, no entanto, a particularidade de se esquivarem à representação, de serem invisíveis, ou melhor, indizíveis.

É em Simondon, filósofo da individuação, em especial nos esclarecimentos sobre dimensão pré-individual dos seres, que encontramos apoio para pensar o carácter intensivo do plano não-lingüístico da linguagem (Simondon, 1964; 1989). As teses deste último sobre o plano pré-individual, jamais utilizadas no campo de análise da linguagem, adequam-se espantosamente ao entendimento de sua dupla natureza. Ao conjugar a concepção do pré-individual com a da matéria hjelmesleviana, vemos o não-lingüístico constituir-se de pontos singulares, isto é, diferenças potenciais, caracterizadas por pura dissimetria. Compõe-se de valores extremos jamais conciliáveis, de partículas descontínuas, tais como as descritas pela Física Quântica, que, pelo aleatório de sua trajetória, fazem de seus componentes uma “materialidade energética em movimento” (Deleuze & Guattari, 1980). Visto não existir um mínimo sequer de repetição entre os componentes deste plano, não há denominador comum que os unifique nem elos classificadores úteis às estratégias organizadoras da representação. Ao contrário, a disparidade entre os componentes traduz sua natureza real. Por esse motivo, ela é descrita como fluxo de energia, não delimitável por contornos precisos. Pensemos na matéria pré-individual como o grau de indistinção da fronteira entre os recortes distintivos, ou seja, a região indefinível presente em toda definição. A indistinção desse plano, portanto, não o define como um conjunto indiferenciado, e sim como indiferente à representação.

Na conjunção das teses de Hjelmslev e Simondon, o domínio do lingüístico, com suas formas-signo, corresponde ao plano individuado da linguagem. Já o não-lingüístico se revela próximo ao pré-individual, escala intensiva da linguagem, alheia às formações lingüísticas ou a qualquer outro modo de organização, e responde pela potência infinita para novos recortes-signos. A partícula intensiva coexiste com a regularidade, com a forma-signo ou com o objeto discursivo, constituindo duas escalas diferentes de análise do ser da linguagem. O contato entre os dois planos obriga as formações lingüísticas a se confrontarem com o inantecipável. Tal dissimetria instala um estado crítico, problemático, e, como necessidade de resolução, exige a criação de novos talhes-signos. No diálogo entre os dois planos díspares as formas vão se sucedendo, são a cada encontro desfeitas e recriadas. No lugar dos conceitos invariantes, lidamos com formas-conceitos temporárias, cujos limites, sempre suscetíveis de redefinição, apontam para o movimento de variação que os caracteriza. Impõe-se o tema da criação de conceitos em contraste com o da representação. Os conceitos invariantes representacionais transformam-se em formas provisórias e temporárias. Num trançado perpétuo com as diversas individuações, o pré-individual, jamais esgotado por qualquer das atualizações da forma, segue empurrando, insistindo nas formas, impondo sua diversidade às atualizações conceituais (Tedesco, 1999).

Essencialmente criador, o estilo realiza-se na relação de reciprocidade entre os dois planos da linguagem. Não cessa de romper os limites das formas regulares, ativar irregularidades e, ao mesmo tempo, inventar novas conexões. Rompe a ordem, traça curvas para desviar o encontro de soluções já esperadas. Dele surgem novos sentidos, acontecimentos puros. Os procedimentos do estilo definem o ser da linguagem como maior que ele mesmo, sempre pronto a apresentar um novo aspecto, um novo detalhe, de modo que sua natureza transborda-o constantemente e expande-o para além dos seus limites.

O VALOR PRAGMÁTICO DAS PALAVRAS

Na continuidade da montagem do conceito de estilo, encontramos em J. L. Austin um bom aliado. Seus estudos visaram desestabilizar a concepção formalista da linguagem, presente tanto no estruturalismo quanto nos estudos da vertente clássica da Filosofia da Linguagem, ou velha análise, como prefere Recanati (1979). A Pragmática rejeita a

pesquisa da linguagem centrada exclusivamente em seu domínio lingüístico, ou seja, suas dimensões sintática e semântica. A linguagem possuiria uma dimensão prática, de intervenção sobre os fatos.

Interessa-nos sobretudo o conceito austiniano de força ilocutória (Austin, 1962/1990), isto porque visamos definir estilo como operação bifurcante de sentido, porém que extrapole o universo da linguagem. As palavras não descrevem os fatos, mas invadem o empírico e participam de seu engendramento, implementando transformações.

Ao falarmos de sentido estamos sublinhando o sentido pragmático das palavras, a potência dos signos de atuação no real. E para compreendermos o modo de funcionamento da força ilocutória das palavras cabe articular esta noção à do duplo funcionamento da linguagem. Observamos, portanto, que a dupla natureza da linguagem (planos lingüístico e não-lingüístico) nos conduz à afirmação de duas modalidades distintas de atuação sobre o empírico e, em especial, sobre a subjetividade. Uma delas caracteriza-se pela função repetidora dos sentidos estabelecidos, enquanto a outra inaugura séries infinitas de novas significações.

Na primeira modalidade, ou seja, onde domina a tendência à regularidade, à repetição, as enunciações têm seu sentido decidido no conjunto de discursos vigentes. Caracterizamos como produção de realidade esta atividade de construção do real pelos enunciados, na qual o fato instaurado delinea-se nos encadeamentos enunciativos existentes.

Aqui utilizo um exemplo do próprio Austin (1990), o da declaração do juiz, que realiza seu sentido pragmático ao transportar o suspeito da categoria de réu para a categoria de culpado. Podemos dizer que a palavra agiu sobre a realidade, produziu um novo estado de coisas. Observamos, no entanto, que nada de inesperado ocorre. A intervenção sobre o real se deu em consonância com o já esperado. São as formações discursivas ou semióticas consagradas que sustentam a eficácia do dizer do magistrado.

Vale acrescentar que entre as realidades produzidas nos discursos encontram-se as formas subjetivas. Citamos Guattari: “Um fato subjetivo é sempre engendrado por um agenciamento de níveis semióticos heterogêneos”, e acrescentamos que isto ocorre num entrecruzamento de determinações enunciativas, não só sociais mas também econômicas, tecnológicas, de mídia, entre outros (Guattari & Rolnik, 1986, p. 35).

O processo de produção de subjetividade depende da pluralidade de discursos, advindos dos diversos saberes e e das diversas práticas. Em certos momentos,

algo neles os leva numa direção comum. A mesma força pragmática os atravessa e os faz convergir.

Nestes casos podemos falar da pluralidade de discursos como regularidades enunciativas que fazem os corpos comportarem-se como se eles se acreditassem, se vissem como sujeito, dotados de funções e características constantes. O efeito discursivo, que reconhecemos como forma-sujeito, não teria coordenadas fixas mas coordenadas fixadas na temporalidade dos encadeamentos discursivos e não-discursivos.

Porém, como assinalamos anteriormente, existem duas modalidades de intervenção da linguagem sobre o real. Assim como ocorre na face regular da linguagem, a outra face da linguagem, onde domina a diversidade, a quebra de sentido, também acarreta valor pragmático.

É exatamente esta segunda modalidade de intervenção que o estilo provoca. Neste ponto distanciamos-nos de Austin, pois, diferente do que o autor apregoava, a realidade aqui instaurada na palavra escapa à orientação das convenções ou dos ritos estabilizados. A força performativa dos signos convive com a dupla natureza do signo e carrega a heterogeneidade do não-lingüístico. Através do estilo, o valor pragmático das palavras não segue as orientações estabelecidas nos discursos existentes. No lugar, ele exalta a discrepância e a indiscernibilidade dos signos, desalinha a ordem instalada para exercitar-se na inauguração de novos sentidos e, com eles, de novos mundos. Desvia os fatos em direções imprevistas. No lugar de produção de realidade falamos de criação. A criação de mundos se dá como uma intensa força vinda de fora, fazendo escapar da organização vigente. Essas realidades criadas pelo estilo não primam por demarcações precisas, não existem como formas bem delimitadas; aqui, o que predomina é a indeterminação.

Cabe sublinhar que, tal como o sentido regular do signo atua sobre a subjetividade, o movimento divergente do sentido, inaugurado pelo estilo, também afeta a subjetividade. O funcionamento oscilante entre a dupla natureza do signo implica duas modalidades distintas de efeitos sobre a subjetividade.

Através dos procedimentos estilísticos as formas-sujeito, determinadas por constâncias, podem ter seus contornos rompidos. As regularidades subjetivas abandonam sua trajetória, até então traçada, para seguir por linhas de constituição inéditas, ainda desconhecidas.

A noção de sujeito, no modo como propomos entendê-lo, consiste num instante de lentificação do processo de subjetivação, pontos de concreção dos

agenciamentos, correspondendo a um número ilimitado de estados estacionários metaestáveis pelos quais a subjetividade passa (Deleuze & Guattari, 1971). Como nos lembra Schérer, na maioria das investigações sobre a subjetividade

o erro foi centrar o processo sobre um instante único da subjetividade, sobre a unicidade do sujeito. Do mesmo modo é sua concentração sobre complexos individuais intrapsíquicos, sobre significações transcendentais e constituídas (Schérer, 1998, p. 99).

Por não considerarem a oscilação entre as duas faces do processo de subjetivação, as pesquisas não puderam constatar o movimento contínuo que melhor o define. O apelo excessivo à busca de regularidade fê-las perpetuar o que não representa senão um momento, e não a totalidade do processo. Nessa paralisação forçada, elas perderam seus aspectos mais dispersivos e, ao mesmo tempo, expressivos da variação que o domina. Fizeram da dimensão regular sua totalidade e confundiram subjetividade com a forma-sujeito.

Na abordagem mais abrangente que propomos, o sujeito deve ser concebido como forma em trânsito, e não origem, um instante de um processo mais amplo e marcado pela proliferação dos modos de subjetivação.

No elo entre os signos e a subjetividade é oferecida, a esta última, a chance de reconstruir-se constantemente na fala, estimulando seu caráter acendrado de variação. A relação transversal de abertura e criação, estabelecida entre ambas, desestabiliza as regularidades da forma-sujeito, enveredando pela construção de outros contornos subjetivos. Neste segundo caso, podemos falar de criação de novas subjetividades, novos modos de existência.

Tratamos da modalidade de subjetivação singularizante, em que a relação entre os componentes não é da ordem da repetição. As relações não produzem unificação. Elas lidam com zonas de indiscernibilidade, nas quais o estabelecimento de limites precisos fica excluído (Deleuze & Guattari, 1980). Tal composição doa ao processo características auto-engendradoras, permitindo que “ele capte elementos da situação para construir suas próprias referências práticas e teóricas” (Rolnik & Guattari, 1986, p. 46).

As propriedades automodelizantes podem ser aproximadas ao que Varela (1989), na Biologia, chama de autonomia de um sistema. Um sistema é autônomo quando cria, por sua operação, suas próprias regras de funcionamento, no lugar de serem

controlados por regras invariantes. Quando Kastrup procura pensar a cognição, desemboca na mesma questão. O processo não é regulado por leis e princípios constantes mas possui um regime de auto-engendramento (Kastrup, 1999).

Isto nos permite dizer que o processo de subjetivação singularizante instaura modos de funcionamento próprios, regidos por princípios sempre inventados e transitórios. Surgidas das pontas de desterritorialização da forma-sujeito, o modo de subjetivação bifurcante distancia-se das determinações mais regulares para criar novos modos de experimentar o mundo, dispositivos heterogêneos, fugidios, atitudes não repertoriáveis e sempre desconcertantes para a figura subjetiva. Vemos claramente que, no contato com a produção estilística, a “subjetivação tem pouco a ver com sujeito”, com um produto decorrente de princípios centrados na repetição. A face abstrata da máquina de subjetivação, empenha-se na criação de novos modos de existência, modalidades inusitadas de experimentar a vida. O sujeito-consciência, figura definível por coordenadas pessoais, é atravessado por relações transsubjetivas, que excluem de cena os complexos intrapsíquicos, as tentativas de unificação, em nome de regras compatíveis com a coexistência entre diversidades (Guattari, 1990).

É também na relação com a linguagem que a subjetividade ganha velocidade de variação. Nas linhas mais flexíveis dos agenciamentos de enunciação, os contornos da figura-sujeito são desfeitas, liberando fragmentos a-subjetivos.

Enfim, a subjetividade é pensada como máquina de subjetivação híbrida. De um lado o sujeito, individualização pessoal e regular, de outro o pré-subjetivo, plural e impessoal. Ela surge no limite entre as duas tendências, como “objeto de uma incansável produção nas quais o indivíduo e seu contorno seriam apenas uma resultante” (Rolnik, 1996, p. 84).

A DIMENSÃO COLETIVA DA LINGUAGEM

O próximo passo é afirmar que o estilo, tal como o concebemos, não é atribuível a um indivíduo, uma pessoa, ou seja, a subjetividade não existe como ponto de partida da linguagem. Não é dela a responsabilidade do estilo.

Mas como falar do estilo-Bach ou estilo-Guimarães Rosa, por exemplo, sem recorrer à personalidade? Os estilos são nomeáveis sem que possamos atribuí-los a configurações psicológicas individuais. Esses nomes próprios não assinalam a pessoa de um autor, mas o ato criador da linguagem.

Fala-se de estilo-Guimarães Rosa e não estilo de Guimarães Rosa, estilo-Bach e não estilo de Bach. Neste ponto cabe fazer uso da noção de discurso indireto livre de M.Bakhtin.

Este conceito explicita o caráter coletivo da linguagem e isenta a figura-sujeito como seu ponto de partida. Modalidade discursiva, constituída no entremeio do discurso direto e o discurso indireto, o discurso indireto livre se faz valer por sua heterogeneidade, ou seja, revela uma dupla presença na enunciação. O discurso direto repete exatamente a fala de um personagem, ao passo que o discurso indireto constitui-se no discurso do narrador que descreve, com as próprias palavras, a fala do personagem (Bakhtin, 1992). O discurso indireto livre constitui-se num híbrido desses dois procedimentos. Comporta, a um só tempo, a perspectiva do personagem e a do narrador, ostentando as divergências que os marcam. Os diferentes pontos de vista coexistem, sem unificação, num só enunciado. Esta é a marca principal desta modalidade de discurso: revelar o caráter plural das enunciações, resultante da convivência não harmoniosa de falas discordantes.

Ao generalizarmos, com Deleuze e Guattari (1980), as características do discurso indireto livre para toda a linguagem, definimo-lo como paradigma da enunciação. A partir dessa conjugação, a linguagem, como discurso indireto livre, deixa de apresentar contornos distintivos nítidos nos seus enunciados. Estes, não mais individuados, compõem pluralidades. São vozes presentes em uma só voz, como várias línguas em uma língua (Deleuze & Guattari, 1980).

Se todo enunciado remete a outro, temos, no cômputo geral, um bloco de discursos de tal modo articulado que impossibilita o estabelecimento do sujeito como origem da fala. A linguagem não apresenta outro ponto de partida que não ela própria. É nesse sentido que se diz que a linguagem é sempre metalinguagem. Tem a si própria como referente. Desaparece o sujeito da enunciação. Na resposta à pergunta sobre quem fala, ou a quem pertence o estilo, não apelamos à pessoalidade. No caso do estilo, o nome próprio não indica a presença de um sujeito, responsável pelo dito, mas ele funcionaria tal como a denominação das síndromes pela medicina, em que os sintomas circulam conjuntamente sem atingir uma unidade. Não falamos de pessoas mas de multiplicidades discursivas.

Prosseguindo na construção do conceito de estilo, constatamos que este apresenta uma marca especial. Ele se especifica na utilização de certos procedimentos. O estilo prioriza certas estratégias na

maneira de gerar os elementos insólitos que desestabilizam a forma. Citamos Deleuze e Guattari:

Mas o essencial é que cada um dos autores tenha seu procedimento de variação, seu cromatismo ampliado, sua louca produção de velocidades e de intervalos. [...] A gagueira criadora de Guerasin Luca, no poema 'passionément'. Uma outra gagueira, a de Godard. Os sussurros sem altura definida de Bob Wilson, as variações ascendentes e descendentes de Carmelo Bene. (Deleuze & Guattari, 1980, p. 124).

Os estilos especializam-se por escolhas, por maneiras reiteradas de proceder à variação, de conjugar a regularidade com o irregular, levando as regras ao limite, forçando-as à mudança de seus limites, redefinindo-as, constituindo-as em outras. Em *O que é a Filosofia?*, Deleuze nos diz: "...é preciso um método que varie com cada autor e que faça parte da obra: basta comparar Proust e Pessoa, nos quais a pesquisa da sensação, como ser, inventa procedimentos diferentes" (Deleuze, 1993, p. 219).

Falamos de estilo como um método, um ato de criação realizado pelo emprego repetido de procedimentos especiais. No entanto, devemos seguir com cautela para não cairmos em contradição. De um lado o definimos pelo rompimento com o usual, pelo processo de criação de sentidos e realidades inantecipáveis. De outro, sublinhamos no estilo o uso reiterado de certas fórmulas. Se entendemos estilo como ato de criação, nada mais inapropriado do que subordiná-lo a regularidades, a ocorrências já conhecidas, pois definir o novo pelo antecipável de um sistema é negar, de saída, o caráter imprevisível da novidade. Neste caso, toma-se como diferença aquilo que não passa de pura repetição¹. Em resumo, como conciliar regularidade e imprevisibilidade? Como articular criação e repetição?

RITORNELO: UNIDADE MÍNIMA DO ESTILO-SUBJETIVIDADE

Para compreendermos a natureza da repetição, distinta da identidade, remetemos à noção de ritornelo (Deleuze & Guattari, 1980). Definiremos esta noção como unidade do estilo. O termo ritornelo, que tem origem na música, significa breve passagem reiterada.

¹ É neste sentido que distinguimos criação, tal como propomos, de criatividade, noção trabalhada por N. Chomsky. Segundo o psicolingüista, a criatividade é consequência do uso recursivo dos princípios invariantes de uma gramática universal (Chomsky, 1980/1981; 1995).

O interesse surge quando pensamos nos efeitos que essa repetição pode provocar. Diferentemente de pura reconhecimento, o ato de repetir comporta o inesperado. Ressalta-se na repetição não o idêntico mas a diferenciação nela operada. Esse é o ponto principal. A improvisação na música serve como exemplo de repetição diferenciadora. Nela a melodia abre-se sobre si mesma. Uma vez desmembrada, a melodia-base revela fragmentos sonoros inauditos. O tema é perpetuado como material de uma reconstrução. Cada nota segue por diferentes linhas harmônicas e assim constrói-se a cada improvisação resultados distintos.

Sublinha-se o caráter inovador desse modo ímpar de repetição. No processo, componentes são extraídos dos conjuntos semióticos, passam a circular como material descodificado, atraindo intensidades, e, nessa junção, reinventam-se em novas significações ainda não reconhecíveis por códigos ou semióticas em vigência.

Achados da etologia também servem à exemplificação desse processo. Por exemplo, na conduta de construção de território de algumas espécies de pássaros (pardal, palmípedes, pernaltas, etc.), realizada através do canto e da construção do ninho, esses animais estabelecem marcas expressivas, signos delimitadores da fronteira de seu espaço vital. Em outros animais os signos mudam. Uns usam o odor de suas glândulas, de seus excrementos; outros, suas cores. Enfim, traços diversos são selecionados para funcionar como cartazes, placas de demarcação. É fácil ver aí a existência de uma poderosa codificação ou semiótica de preservação de um terreno próprio. Trata-se do território, na nomenclatura da etologia (Eibl-Eibesfeldt, 1970/1974). Chama a atenção o fato de que um mesmo canto, ou um fragmento deste, pertencente à conduta de construção do ninho, e apresenta-se muitas vezes compondo uma outra semiótica que não a de delimitação de território, tomando parte, por exemplo, do chamado hábito de corte ou acasalamento. Notam-se, no entanto, algumas mudanças. Os comportamentos não compõem em sua totalidade, altera-se sua forma inicial. Em alguns casos, faz parte do hábito de corte de certos pássaros machos ostentar apenas um pequeno galho de arbusto ou grama no bico em vez de toda a seqüência da nidificação. Os etólogos interpretam essa alteração como efeito de uma ritualização do procedimento-base, como manutenção de resíduos do comportamento original deixados pela evolução (Eibl-Eibesfeldt, 1970/1974; Chauvin, 1975/1977).

Distantes dessa leitura, preferimos ressaltar não o aspecto residual do ato mas a novidade carregada pela repetição em outro contexto. Não se pode deixar de

perceber que algo do material primitivo foi transportado de um contexto para um outro, com diferente significação. Ressaltamos na repetição não o idêntico mas a diferenciação nela operada. Esse é o ponto principal (Deleuze & Guattari, 1980).

É a descodificação dos componentes que revela neles sua dimensão de matéria intensiva. Um fragmento da conduta padrão é extraído do conjunto original. Uma vez isolado do resto da semiótica, o traço molecular de conduta não remete mais aos outros signos do sistema, não é mais afetado pela redundância do conjunto e, em consequência, não ostenta sua significação habitual. A forma teria liberado intensidades, anomalias gestuais. Os limites das formas são superados em direção à matéria intensiva. O componente, uma vez deslocado do grupamento inicial, tem sua significação reinventada e surge diferentemente numa nova condição. A partir desses fragmentos, um processo de variação teve lugar. O traço paradoxal, o sem-sentido dessas condutas, teria funcionado como tensor que força a semiótica vigente ao limite e aponta na direção a uma outra codificação. Portar o galho de grama ou o canto, antes que condutas, consistem em fragmentos intensivos, responsáveis pelo processo de diferenciação entre duas semióticas (territorial e sexual), um processo de devir. O ritornelo, na linguagem, responde pela criação e resulta da coexistência e da reciprocidade entre seus dois domínios.

O recurso à noção de ritornelo para esclarecer o ato de criação da fala afirma a importância da regularidade, porém sem identificá-la com a estabilidade. Ao positivar a novidade presente na repetição, o propósito é exatamente equivocar a dicotomia entre repetição e criação, embaçar suas fronteiras. Do mesmo modo como a repetição pode comportar o inantecipável, a novidade não provém do puro acaso. Não se fala de criação *ex nihilo* nem de um processo de variação regulado pelo sistema, mas de um ato de criação envolvendo todo o sistema, onde ele próprio é posto em deriva (Tedesco, 2000).

A criação realizada pelo ritornelo reafirma a importância da forma, porém não por seu caráter estável e hegemônico. Nela, o ritornelo imprime-se com um movimento deformante. Ela ativa e utiliza os elementos intensivos, dispersos em suas bordas, na zona de indiscernibilidade que também a compõe. Ou seja, explora o lado de fora das figuras, as pontas de indefinição molecular que as mergulham num fluxo. Os ritornelos, unidades mínimas do estilo, não estão fixados nas formas nem as exterminam. Não pertencem ao plano lingüístico, tampouco ao não-

lingüístico. Não cabe ao não-lingüístico criar, enquanto ao lingüístico repetir. A linguagem só funciona no vaivém de sua dupla natureza, equivocando qualquer tentativa de fazer retornar às dicotomias. Eles trabalham exatamente no intervalo entre os dois para traçar a linha da criação, instalada nessa fronteira. A criação não é mutação ou mesmo decomposição, mas deformação. Não se realiza por meras substituições de partes, ou abandono total da figura. É a irregularidade do não-lingüístico, entremeada no plano lingüístico, que é ativada e reeditada na semiótica da nova forma a ser criada.

Podemos afirmar que na pesquisa do estilo-subjetividade pretendemos ampliar o campo de pesquisa do elo entre linguagem e subjetividade, oferecendo-nos a chance de deixar de lado a definição de um sujeito geral, unificado. Pensar o estilo, no modo como o propomos, implica afirmar o elo entre linguagem e a subjetividade como a relação transversal que as une, respeitando-as em sua heterogeneidade e comprometendo-as com o processo de variação recíproco. Generalizamos para toda a linguagem a prática estilística da criação. O objetivo principal é estender a esfera da criação para além das atividades languageiras especiais em afinidade com a arte, como na Literatura. É afirmar a coexistência de todo dizer com atos de criação e, assim, eliminar o caráter raro e excepcional geralmente atribuído às situações de inventividade da linguagem.

Neste novo campo de pesquisa, estaremos interessados em detectar, através da observação dos procedimentos estilísticos, as estratégias de escape ao antecipável na linguagem, pelos quais a subjetividade transborda de seus limites e se desenha como estilo, nesse modo reiterado de se reinventar na fala.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer*. (D. M. Souza Filho, Trad.), Lisboa: Artes Médicas. (Originalmente publicado em 1962)
- Baktin, M. (1992). *Marxismo e filosofia da linguagem*. (M. Lahud e F. Vieira, Trad.), São Paulo: Hucitec. (Originalmente publicado em 1930)
- Chauvin, R. (1977). *A Etologia – Estudo biológico do comportamento animal*. (R. C. Lacerda, Trad.), Rio de Janeiro: Zahar. (Originalmente publicado em 1975)
- Chomsky, N. (1981). *Regras e Representações*, (M. W. Averbug, P. H. Britto e R. Bustamante, Trad.), Rio de Janeiro: Zahar, (Originalmente publicado em 1980)
- _____. (1995). *The minimalist Program*, Cambridge: MIT Press.
- Deleuze, G. (1971). *Proust et les signes*, Paris: Minuit.
- _____. (1990). *Lettre à un critique sévère*. Em: G. Deleuze (Org.), *Pourparlers*. Paris: Minuit.
- Deleuze, G. & Guattari, F. (1972). *L'anti-oedipe*. (pp. 127). Paris: Minuit.
- _____. (1975). *Kafka – Pour une littérature mineure*. Paris: Minuit.
- _____. (1980). *Mille Plateaux*. Paris: Minuit.
- _____. (1991). *Qu'est-ce que la philosophie?* Paris: Minuit.
- Deleuze, G. & Parnet, C. (1977). *Dialogues*. Paris: Flammarion.
- Dosse, F. (1994). *História do Estruturalismo II*, (A. Cabral, Trad.), São Paulo: Ensaio, (Originalmente publicado em 1991)
- Eibl-Eibesfeldt, I. (1974). *Etologia: Introduccion al estudio comparado del comportamiento*. (M. Costa, Trad.), Barcelona: Omega. (Originalmente publicado em 1970)
- Guattari, F. (1990). Des subjectivités, pour le meilleur et pour le pire. *Chimères*, 8, 23-37
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1986). *Micropolíticas: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Hjelmslev, L. (1975). *Prolegômenos a uma teoria da Linguagem*. (T. C. Netto, Trad.), São Paulo: Perspectiva. (Originalmente publicado em 1961).
- Kastrup, V. (1999). *A invenção de si e do mundo – uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Campinas: Papirus.
- Recanati, F. (1979). *La Transparence et L' énonciation*. Paris: Seuil.
- Rosa, J. G. (1979). *Grande sertões: veredas*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Rolnik, S. (1996). Esquizonálise e antropofagia. *Cadernos de subjetividade*, 4 (1 e 2), 83-94
- Saussure, F. (1972). *Cours de linguistique générale*. Paris: Payot.
- Schérer, R. (1998). *Regards sur Deleuze*, Paris: Kimé.
- Simondon, G. (1964). *L'individu et sa genèse physico-biologique*. Paris: PUF.
- _____. (1989). *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier.
- Tedesco, S. (1993). Perspectivas formalista e pragmática no estudo da linguagem. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 45, (1 e 2), 135-149.
- _____. (1994). O não-lingüístico da linguagem, *Revista do departamento de Psicologia – UFF*. 6 (1 e 2), 51-60.
- _____. (1995). Linguagem e representação: A relação entre expressão e conteúdo no estruturalismo. *Revista do Departamento da UFF*. 7, (2 e 3), 83-93.
- _____. (1999). *Estilo-subjetividade: considerações a partir do estudo da linguagem*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

_____ (no prelo). Estilo-subjetividade: relações entre repetição e diferença na linguagem, *Revista do Departamento de Psicologia – UFF*.

Varela, F. (1989). *Autonomie et connaissance*, Paris: Seuil.

Vernant, D. (1997). *Du discours à l'action*, Paris: PUF

Recebido em 12/02/2001

Revisado em 19/04/2001

Aceito em 30/05/2001
